Ventos do Sul Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Setembro de 2019 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 222 –
2º andar - Boa Vista -
90480-000 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: + 55 (51) 3327-8800
Fax: + 55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos do Sul Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board – IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2019. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está concilaida com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 4 de novembro de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

2019-POA-0150 VF.docx

© 2019. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Balanço Patrimonial

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**30/09/2019**	**31/12/2018**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.617	32.375
Aplicações financeiras	5	29.354	27.074
Contas a receber de clientes	6	19.019	23.921
Despesas antecipadas		32	522
Impostos a recuperar	7	10.967	114
Créditos diversos		4	11
		71.993	**84.017**
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	17.280
Impostos a recuperar	7	5.074	4.994
Outros Créditos		205	175
IRPJ e CSLL diferidos	9	-	4.632
Investimentos		57	57
Imobilizado	10	303.201	316.569
		308.537	**343.707**
		380.530	**427.724**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanço Patrimonial

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Passivo	**Nota**	**30/09/2019**	**31/12/2018**
Circulante			
Fornecedores		1.332	977
Contas a pagar - Eletrobras	11	62.784	37.311
Financiamentos	12	-	42.274
Impostos a recolher		1.042	977
Provisão IRPJ e CSLL	9	11.298	913
Partes relacionadas	22	816	2.419
Dividendos a pagar	16.c.4	120.299	-
Outras obrigações		282	668
		197.853	**85.539**
Não Circulante			
Financiamentos	12	-	45.285
Dividendos a pagar		-	124.950
		-	**170.235**
Total do Passivo		**197.853**	**255.774**
Patrimônio Líquido			
Capital social	16	140.964	140.964
Reservas de lucro	16	41.713	30.986
Total do patrimônio líquido		**182.677**	**171.950**
		380.530	**427.724**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados

Para os Períodos de Três e Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2019 e 30 de Setembro de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Receita Operacional Líquida	17	38.374	88.715	43.772	96.770
Custo da Operação	19	(14.955)	(43.003)	(15.757)	(44.845)
LUCRO BRUTO		**23.419**	**45.712**	**28.015**	**51.925**
Despesas / Receitas Operacionais					
Gerais e administrativas	19	(1.652)	(4.206)	(1.149)	(3.399)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	1.018	3.329	1.125	3.393
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**22.785**	**44.835**	**27.991**	**51.919**
Receitas financeiras	20	1.075	3.682	1.469	3.740
Despesas financeiras	20	(2.420)	(4.574)	(2.045)	(6.687)
Variação cambial, líquida	20	1.966	3.063	(3.486)	(12.770)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**23.406**	**47.006**	**23.929**	**36.202**
Imposto de Renda e Contribuição Social	9				
Corrente		(3.659)	(11.298)	(7.523)	(14.841)
Diferido		(4.259)	(4.632)	(607)	2.550
Lucro Líquido do Período		**15.488**	**31.076**	**15.799**	**23.911**
Lucro por ações					
Lucro Líquido Básico por ação	21	**0,11**	**0,22**	**0,11**	**0,17**
Lucro Líquido Diluído por ação	21	**0,11**	**0,22**	**0,11**	**0,17**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Para os Períodos de Três e Nove Meses Findos em 30 de setembro de 2019 e 30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais - R$)

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Lucro Líquido do Período	15.488	31.076	15.799	23.911
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	**15.488**	**31.076**	**15.799**	**23.911**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de setembro de 2019 e 30 setembro de 2018
(Em milhares de reais)

			Reservas de Lucro			
	Nota	**Capital Social**	**Reserva Legal**	**Reserva Especial**	**Lucros Acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**140.964**	**8.495**	**22.712**	**-**	**172.171**
Lucro líquido do período	16	-	-	-	23.911	23.911
Saldo em 30 de Setembro de 2018		**140.964**	**8.495**	**22.712**	**23.911**	**196.082**
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**140.964**	**10.637**	**20.349**	**-**	**171.950**
Lucro líquido do período	16	-	-	-	31.076	31.076
Destinação de Dividendos	16.c.2	-	-	(20.349)	-	(20.349)
Saldo em 30 de Setembro de 2019		**140.964**	**10.637**	**-**	**31.076**	**182.677**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2019 e 30 de Setembro de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	30/09/2019	30/09/2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do período		**31.076**	**23.911**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas			
atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	9	15.930	12.291
Variações monetárias e cambiais	20	(3.063)	12.770
Crédito de Pis e Cofins		(3.145)	(3.393)
Juros sobre a dívida		4.172	6.378
Depreciação e amortização	10	14.535	14.535
		59.505	**66.492**
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Aplicações financeiras		(2.280)	(15.805)
Contas a receber de clientes		4.902	(1.072)
Créditos diversos		(23)	(28)
Impostos a recuperar		(3.282)	(1.083)
Despesas antecipadas		490	(337)
Fornecedores		355	9
Contas a pagar - Eletrobras	11	25.473	19.558
Impostos a recolher		65	(375)
Partes Relacionadas		(1.603)	(82)
Outras obrigações		(386)	(368)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**83.216**	**66.909**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(6.497)	(13.683)
Pagamento de juros	12	(1.561)	(7.431)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**75.158**	**45.795**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(89)	(90)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		**(89)**	**(90)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de financiamentos	12	(87.107)	(50.372)
Pagamento de dividendos		(25.000)	-
Aplicaçoes financeiras vinculadas		17.280	(26)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(94.827)**	**(50.398)**
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(19.758)**	**(4.693)**
Demonstração da Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		32.375	31.470
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		12.617	26.777

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2019 e 30 de Setembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/09/2019	30/09/2018
Receitas	**101.167**	**110.073**
Vendas de energia	97.838	106.680
Outras receitas	3.329	3.393
Insumos Adquiridos de Terceiros	**31.416**	**32.387**
Custos da Operação	27.436	29.222
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	3.980	3.165
Valor Adicionado Bruto	**69.751**	**77.686**
Depreciação e Amortização	14.535	14.535
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**55.216**	**63.151**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**6.745**	**3.740**
Receitas financeiras	6.745	3.740
Valor Adicionado Total a Distribuir	**61.961**	**66.891**
Distribuição do Valor Adicionado	**61.961**	**66.891**
Impostos, taxas e contribuições	**25.053**	**22.201**
Federais	25.053	22.201
Remuneração de capitais de terceiros	**5.832**	**20.779**
Juros	4.574	19.457
Aluguéis	1.258	1.322
Remuneraçao de capitais proprios	**31.076**	**23.911**
Lucro líquido do período	31.076	23.911
	61.961	**66.891**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias Para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2019

(Em milhares de reais – R$)

1. Informações gerais

1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Sul S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B código de registo na CVM 24767 concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. com 80% das ações. A Enerfín Enervento Exterior S.L.U detém 100% do capital social da Rio Sul 1 Energia Ltda. e possui a Enerfín Sociedad de Energia S.L.U como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	112.771.200	80%
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT	14.096.400	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	140.964.000	**100%**

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n. º 6131/2014-DL, concedida através do processo administrativo n. º 002714-0567/14-5, emitida em 28/10/2014, fica prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 002898-0567/18-1. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n. º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independe de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244.

b) Contrato Proinfa

O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026.

c) Risco da Operação

Se considerado os 13 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2019), a geração média anual equivale a 362.646 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas informações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 125.860 em 30 de setembro de 2019, devido a reclassificação dos dividendos a pagar do longo prazo para o curto prazo em virtude da extinção dos covenants, pela liquidação antecipada dos contratos de financiamentos do BNDES e Cofides em maio e julho de 2019 (vide Nota Explicativa 8 e 12), visto que a distribuição de dividendos era condicionada à aprovação por parte dos bancos financiadores. Conforme divulgado na Nota Explicativa 25, em outubro 2019 a Companhia realizou sua 1º Emissão de Debêntures no valor de R$ 325 milhões e efetuou o pagamento de dividendos no montante de R$ 120,3 milhões através dos recursos originados das debêntures emitidas. A redução sistemática da necessidade de capital de giro deve-se principalmente as amortizações referente aos financiamentos contratados para a instalação do parque eólico e adiantamentos contratuais de recebíveis que quando superiores a produção, devem ser devolvidos no exercício seguinte. Este cenário é comum ao período em análise, e confirma as expectativas da Companhia no tocante a continuidade operacional.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e entende que a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As informações Intermediarias - ITR estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 (R1) e IAS 34 – Informações Intermediarias. Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2018, que não sofreram modificações nos primeiros nove meses de 2019, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2018.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 04 de novembro de 2019.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e em reais que é considerada a moeda funcional da Companhia. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que foram utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.3 Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período findo em 30 de setembro de 2019, e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.4 Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados.

a) CPC 06 (R2) /IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos de suas usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos. Para os demais contratos, por serem considerados de baixo valor, a adoção da IFRS 16 não causou impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

b) IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de imposto de renda e contribuição social. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela companhia.

A IFRIC 23 / ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e não identificou impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias da companhia.

4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº. 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas informações financeiras.

4.1.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	30/09/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros	60.990	100.650
Passivos Financeiros	185.513	253.884

Os detalhes a respeito estão descritos na nota explicativa nº. 13.

4.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.2.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.2.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº. 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2019	31/12/2018
Saldo de caixa e bancos	5.085	4.662
Aplicações financeiras	7.532	27.713
	12.617	**32.375**

	30/09/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras (a)	29.354	27.074

a) As aplicações financeiras referem-se a saldos que não são destinados para quitar compromissos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/2019	31/12/2018
Banco do Brasil	BB RF LP Corp 3 milh	Indefinido	CDI	2.987	3.114
Banco do Brasil	BB RF LP Corp 10milh	Indefinido	CDI	25.550	51.673
				28.537	**54.787**
	Remuneração do CDI	**BB RF LP Corp 3 milh**		95,43%	97,96%
		BB RF LP Corp 10milh		101,33%	103,00%
	Rentabilidade efetiva	**BB RF LP Corp 3 milh**		6,15%	6,29%
		BB RF LP Corp 10milh		6,47%	6,61%

As aplicações financeiras referem-se principalmente a quotas do "Fundo de Renda Fixa BB RF LP Corp 10 milhões e BB RF LP Corp 3 milhões", mantido junto ao Banco do Brasil S.A. As aplicações financeiras no fundo têm como meta remunerar o investimento a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Contas a receber de clientes

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás, deduzido o ajuste financeiro relativo às perdas de energia no sistema, estimado mensalmente pela área técnica da Companhia, que resultou em 2,25% na média anual.

	30/09/2019	31/12/2018
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	19.019	23.921

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 30 de setembro de 2019.

7. Impostos a recuperar

Refere-se aos valores retidos na fonte sobre recebimentos da Eletrobrás e sobre os rendimentos de aplicação financeira, bem como, os relativos à apropriação de créditos do PIS e da COFINS sobre a depreciação acelerada de Máquinas e Equipamentos e a antecipação de IR e CSLL, como segue:

	30/09/2019	31/12/2018
IR a compensar	4.378	1.098
IR antecipação	4.372	-
CSLL a compensar	1.629	-
CSLL antecipação	1.212	-
PIS a compensar	788	710
COFINS a compensar	3.548	3.186
Outros Impostos a compensar	114	114
	16.041	**5.108**
Circulante	10.967	114
Não Circulante	5.074	4.994
	16.041	**5.108**

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade da Companhia de gerar tributos a pagar. A classificação entre circulante e não circulante está baseada na expectativa da Companhia em gerar tributos a pagar.

Os créditos de curto prazo estão assim compostos:

	30/09/2019	31/12/2018
Outros Impostos a compensar	114	114
IR a compensar	3.255	-
IR antecipação	4.372	-
CSLL a compensar	1.629	-
CSLL antecipação	1.212	-
PIS a compensar	69	-
COFINS a compensar	316	-
	10.967	**114**

Os créditos de longo prazo estão assim compostos:

	30/09/2019	31/12/2018
Créditos a Restituir - IRPJ e CSLL (a)	1.122	1.098
Créditos de PIS e COFINS (b)	3.952	3.896
	5.074	**4.994**

(a) Créditos referente a pedido de restituição protocolado na RFB.
(b) Créditos de Pis e Cofins sobre bens imobilizados.

8. Aplicações financeiras vinculadas

Conforme previsto contratualmente, foram abertas três contas-correntes vinculadas ao financiamento obtido, todas mantidas junto ao Banco do Brasil S/A. As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentamos no ativo não circulante:

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/2019	31/12/2018
Banco do Brasil	BB RF LP Corp 10milh	Indefinido	CDI	-	17.280
		Remuneração do CDI		0,00%	103,00%
		Taxa Nominal		0,00%	6,61%

De acordo com os contratos de financiamento com BNDES e outros agentes financeiros da Companhia, essas contas vinculadas deverão manter sempre recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, de 03 meses do serviço da dívida desses contratos, incluindo pagamento de principal e juros e contratos de O&M. Para apurar o valor deve-se considerar a primeira parcela vencida do principal e acessório da dívida decorrente desses contratos.Com a liquidação dos contratos de financiamento com o BNDES e outros agentes financeiros e posterior recebimento da carta de liquidação, a companhia recebeu a autorização para a transferência dos valores aplicados para a conta corrente e realizou o resgate no dia 21/08/2019.

As aplicações financeiras correspondem a quotas do "Fundo de Renda Fixa BB RF LP Corp 10 milhões", mantido junto ao Banco do Brasil S.A., acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período, o fundo tem como meta remunerar o investimento à variação do CDI.

9. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	**01/07/2019 a 30/09/2019**	**01/01/2019 a 30/09/2019**	**01/07/2018 a 30/09/2018**	**01/01/2018 a 30/09/2018**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	23.406	47.006	23.929	36.202
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(7.958)	(15.982)	(8.136)	(12.309)
Outras diferenças permanentes – líquidas	40	52	6	18
Imposto de renda e contribuição social	**(7.918)**	**(15.930)**	**(8.130)**	**(12.291)**
Corrente	(3.659)	(11.298)	(7.523)	(14.841)
Diferido	(4.259)	(4.632)	(607)	2.550
Total	**(7.918)**	**(15.930)**	**(8.130)**	**(12.291)**
Alíquota efetiva	**(33,83%)**	**(33,89%)**	**(33,98%)**	**(33,95%)**

b) Impostos Diferidos

b.1) O imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de setembro refere-se a:

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Imposto de renda diferido				
Sobre Variação Cambial	(3.132)	(3.406)	(446)	1.875
Contribuição Social diferido				
Sobre Variação Cambial	(1.127)	(1.226)	(161)	675
	(4.259)	**(4.632)**	**(607)**	**2.550**

b.2) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 30 de setembro:

	30/09/2019			31/12/2018		
Ativo Diferido	**IR**	**CS**	**Total**	**IR**	**CS**	**Total**
Despesas de variações cambiais tributadas pelo regime de caixa	-	-	-	3.406	1.226	**4.632**
Ativo Não Circulante	-	-	-	**3.406**	**1.226**	**4.632**

10. Imobilizado

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

		30/09/2019			31/12/2018		
	Taxas anuais de depreciação e amortização %	**Custo**	**Depreciação e amortização acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação e amortização acumulada**	**Líquido**
Administração central:							
Computadores	20%	802	(658)	144	788	(611)	177
Móveis e utensílios	10%	813	(678)	135	807	(650)	158
Instalações	10%	300	(119)	181	300	(99)	201
Máquinas e Equipamentos	10%	1.373	(644)	728	1.369	(543)	826
Veículos	20%	129	(58)	71	129	(39)	90
Operação do sistema:							
Terrenos	-	43	-	43	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	84.831	(38.997)	45.834	84.807	(37.030)	47.777
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(343.538)	256.067	599.605	(332.265)	267.340
		687.895	**(384.693)**	**303.201**	**687.805**	**(371.237)**	**316.569**

	VDS		
	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	**Máquinas e Equipamentos**	**Total**
Saldo em 31/12/2017	**52.033**	**282.372**	**334.405**
Adições	107	-	107
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437
Depreciação do exercício	(2.911)	(16.469)	(19.380)
Saldo em 31/12/2018	**49.229**	**267.340**	**316.569**
Adições	89		89
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.079	1.079
Depreciação do período	(2.183)	(12.352)	(14.535)
Saldo em 30/09/2019	**47.135**	**256.067**	**303.201**

10.1. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 30 de setembro 2019.

A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos indicam que as máquinas mantem ou superam, após 13 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação, conforme área técnica temos os seguintes dados: 99,2% em setembro de 2019, 98,7% em 2018, 98,6% em 2017 e 98,4% em 2016.

11. Contas a pagar - Eletrobrás

	30/09/2019	**31/12/2018**
Contas a pagar - Eletrobras	62.784	37.311

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

12. Financiamentos

12.1. A posição geral dos financiamentos é a seguinte:

			Circulante		Não circulante	
Instituição financeira	**Encargos de juros (a.a.)**	**Vencimento Final**	**30/09/2019**	**31/12/2018**	**30/09/2019**	**31/12/2018**
BNDES	TJLP + 3,50%	2019	-	5.987	-	-
BRDE	TJLP + 3,70%	2019	-	3.996	-	-
Banco Santander S.A	TJLP + 4,00%	2019	-	8.019	-	-
Banrisul S.A	TJLP + 3,70%	2019	-	1.142	-	-
Caixa RS	TJLP + 3,70%	2019	-	1.713	-	-
Banco do Brasil S.A	TJLP + 3,50%	2019	-	5.695	-	-
COFIDES	Euro + 4,50%	2022	-	15.722	-	45.285
			-	**42.274**	**-**	**45.285**

Mapa Movimentação de Empréstimos - BNDES

	30/09/2019	**30/09/2018**
Saldo inicial	26.552	71.611
Apropriação de Juros	731	4.104
Amortização	(27.283)	(37.882)
Saldo final	**-**	**37.833**

Mapa Movimentação de Empréstimos - Cofides

	30/09/2019	**30/09/2018**
Saldo inicial	61.007	68.183
Variação cambial	(3.063)	12.770
Apropriação de Juros	3.441	2.274
Amortização	(61.385)	(19.921)
Saldo final	**-**	**63.306**

Os financiamentos representam os valores liberados pelo BNDES e outros agentes financeiros para efetivação do projeto dos Parques Eólicos, conforme contratos firmados em 4 de outubro de 2005, estando apresentados considerando os encargos incorridos até o encerramento do período, distribuídos em circulante e não circulante conforme o prazo de carência e de vencimento dos mesmos.

12.2. Reconciliação de atividades de financiamento da DFC

A tabela a seguir detalha as variações nos passivos da Companhia resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa. Os passivos resultantes de atividades de financiamento são passivos para os quais os fluxos de caixa foram, ou os fluxos de caixa futuros serão, classificados na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia como fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Reconciliação de atividades de financiamento da DFC

	30/09/2019	30/09/2018
Saldo inicial	87.559	139.794
Apropriação de Juros	4.172	6.378
Variação cambial (Cofides)	(3.063)	12.770
Amortização de juros	(1.561)	(7.431)
Amortização de principal	(87.107)	(50.372)
Saldo final	**-**	**101.139**

13. Instrumentos financeiros

13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº. 12, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 16).

13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	30/09/2019	31/12/2018
Dívida (a)	-	87.559
Caixa, equivalentes, aplicações financeiras e aplicações vinculadas (b)	41.971	76.729
Dívida líquida	**(41.971)**	**10.830**
Patrimônio líquido (c)	182.677	171.950
Índice de endividamento líquido	**-**	**0,06**

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº. 12.

(b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	**Nível**	**30/09/2019**	**31/12/2018**
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	12.617	32.375
Aplicações financeiras	2	29.354	27.074
Aplicações financeiras vinculadas	2	-	17.280
Custo Amortizado		Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber Geração de Energia	-	19.019	23.921
Total dos ativos financeiros		**60.990**	**100.650**
Passivos Financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	-	1.332	977
Contas a pagar - Eletrobras	-	62.784	37.311
Financiamentos	-	-	87.559
Partes Relacionadas e dividendos	-	121.115	127.369
Outras obrigações	-	282	668
Total dos passivos financeiros		**185.513**	**253.884**

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas informações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado

13.3. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 30 de setembro de 2019 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 30/09/2019
Passivos					
Fornecedores	1.332	-	-	-	**1.332**
Contas a pagar - Eletrobras	31.392	31.392	-	-	**62.784**
Financiamentos	-	-	-	-	**-**
Partes Relacionadas e dividendos	121.115	-	-	-	**121.115**
Outras obrigações	282	-	-	-	**282**
	154.121	**31.392**	**-**	**-**	**185.513**

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 31/12/2018
Passivos					
Fornecedores	977	-	-	-	**977**
Contas a pagar - Eletrobras	18.656	18.656	-	-	**37.311**
Financiamentos	23.523	18.751	15.095	30.190	**87.559**
Partes Relacionadas e dividendos	2.419	25.340	25.340	74.271	**127.369**
Outras obrigações	668	-	-	-	**668**
	46.243	**62.746**	**40.435**	**104.461**	**253.884**

13.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia possuía transações em moeda estrangeira.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira no final do período são apresentados a seguir:

	30/09/2019	31/12/2018
Financiamentos (exposição ao Euro)	-	61.007

13.6. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

13.7. Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM n.º 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM n. º 475/08:

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente; e
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Risco	Intrumentos	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
	Ativo Financeiro			
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	41.971	41.971	41.971
	Taxa anual estimada do CDI para 2019	6,50%	4,88%	3,25%
	Efeito anual nas aplicações financeiras			
	Perda	-	(682)	(1.364)
		-	(682)	(1.364)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

13.8 Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.9 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. Contratos de arrendamento operacional

Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

Pagamentos reconhecidos como despesa no período:

	30/09/2019	30/09/2018
Pagamentos do Arrendamento	1.032	1.087

15. Seguros

Os seguros têm cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, com vigência de 1(um) ano. As principais coberturas de seguro são:

Ramos de seguro	30/06/2019	31/12/2018
Riscos operacionais	867.431	882.568
Responsabilidade civil geral	7.411	2.000
Vigência dos seguros	30/06/2019 a 30/06/2020	01/07/2018 a 01/07/2019

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$ 140.964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R$ 1,00.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva Especial de Lucros – no exercício de 2018, a Companhia constituiu reserva especial de lucros de R$ 20.349 (R$ 22.712 em 2017 e R$ 28.307 em 2016), em cumprimento ao disposto no seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos 50% do lucro líquido, após as destinações legais.

c) Distribuição de lucro:

c.1) Distribuição de Dividendos – A Companhia distribuiu R$ 25.000 de dividendos em 2019, em 2018 o valor foi de R$ 7.795.

c.2) Destinação de Dividendos – Conforme Ata de Assembleia ordinária ocorrida em 29/04/2019, foi destinado o valor de R$ 20.349 referente ao resultado de 2018.

c.3) Lucro Líquido do período – A companhia obteve o lucro líquido de R$ 31.076, o qual será mantido na rubrica de lucros acumulados, até o encerramento do exercício de 2019.

	30/09/2019	31/12/2018
Lucro líquido do período	31.076	42.841
Lucros acumulados	31.076	-
Reserva legal (5%)	-	2.142
Reserva especial de lucros	-	20.349
Destinação de dividendos	-	20.350
	31.076	**42.841**
Distribuição de dividendos	25.000	7.795

c.4) O saldo de dividendos a pagar no longo prazo foi reclassificado para o curto prazo devido a extinção das convenats e liquidação dos contratos de Financiamento do BNDES e Cofides que condicionava a aprovação para distribuição de Dividendos.

17. Receita

A seguir, segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Receita Bruta				
Venda de energia	42.285	97.838	48.234	106.680
Impostos sobre vendas	(3.911)	(9.123)	(4.462)	(9.910)
Receita líquida	**38.374**	**88.715**	**43.772**	**96.770**

18. Segmento Operacional

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

19. Despesa classificada por função e natureza

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Despesa Classificada por função				
Custo da Operação	14.955	43.003	15.757	44.845
Gerais e Administrativas	1.652	4.206	1.149	3.399
Outras receitas operacionais líquidas	(1.018)	(3.329)	(1.125)	(3.393)
Total	**15.589**	**43.880**	**15.781**	**44.851**
Despesa Classificada por natureza				
Custo de Operação e Manutenção	7.099	19.988	7.989	22.001
Encargos Uso do Sistema e Produção	2.590	7.448	2.452	7.222
Arrendamentos	421	1.032	473	1.087
Depreciação	4.845	14.535	4.843	14.535
Despesa com Seguros	243	731	243	626
Despesa com Serviços Profissionais	865	2.031	460	1.312
Outras Despesas Administrativas	544	1.444	446	1.461
Outras receitas operacionais líquidas	(1.018)	(3.329)	(1.125)	(3.393)
Total	**15.589**	**43.880**	**15.781**	**44.851**

20. Receitas (despesas) financeiras líquidas e variação cambial

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Receitas aplicações financeiras	1.075	3.682	1.469	3.740
Receitas financeiras	**1.075**	**3.682**	**1.469**	**3.740**
Despesa com Juros	(2.228)	(4.172)	(1.914)	(6.378)
Outros	(192)	(402)	(131)	(309)
Despesas financeiras	**(2.420)**	**(4.574)**	**(2.045)**	**(6.687)**
Variação Cambial Líquida	**1.966**	**3.063**	**(3.486)**	**(12.770)**

21. Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação.

Resultado básico por ação	**01/07/2019 a 30/09/2019**	**01/01/2019 a 30/09/2019**	**01/07/2018 a 30/09/2018**	**01/01/2018 a 30/09/2018**
Numerador				
Lucro disponível aos acionistas	15.488	31.076	15.799	23.911
Denominador				
Numero de Ações	140.964	140.964	140.964	140.964
Lucro por ação - básico	**0,11**	**0,22**	**0,11**	**0,17**
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro disponível aos acionistas	15.488	31.076	15.799	23.911
Denominador				
Numero de Ações	140.964	140.964	140.964	140.964
Lucro por ação - diluído	**0,11**	**0,22**	**0,11**	**0,17**

22. Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda. possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT com participação indireta de 10% das ações.

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos.

22.1. Transações comerciais

	30/09/2019	31/12/2018
Passivo (a)		
Circulante		
Fornecedores		
Wobben Windpower	-	1.595
Elecnor do Brasil Ltda	106	99
Enerfín Sociedade de Energia Ltda	710	725
Totais	**816**	**2.419**

	Aquisição de Serviços			
	01/07/2019 a 30/09/2019	**01/01/2019 a 30/09/2019**	**01/07/2018 a 30/09/2018**	**01/01/2018 a 30/09/2018**
Resultado (a)				
Custo da Operação				
Aquisição de Serviços				
Wobben Windpower Ltda	4.375	13.340	4.963	14.885
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	2.240	5.246	2.565	5.764
Elecnor do Brasil Ltda	369	1.063	228	1.000
Totais	**6.984**	**19.649**	**7.756**	**21.649**

a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições estabelecidas no contrato firmado entre as partes, quais sejam, serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

22.2. Dividendos

A companhia realizou a transferência dos dividendos do Longo prazo para o Curto Prazo devido a extinção dos covenants.

	30/09/2019	31/12/2018
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	12.030	12.704
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE - GT	12.030	12.704
Rio Sul 1 Energia Ltda	96.239	101.631
Totais	**120.299**	**127.039**

23. Outras receitas operacionais, líquidas

Trata-se dos créditos Pis e Cofins sobre a Depreciação e insumos de operação e Indenização de Seguro.

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Créditos de Pis e Cofins	1.018	3.145	1.125	3.393
Indenização de Seguro	-	141	-	-
Reversão Baixa Imobilizado	-	43	-	-
Total	**1.018**	**3.329**	**1.125**	**3.393**

24. Compromissos assumidos

Em 30 de setembro de 2019, a companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	**Posição em 30/09/2019**
Encargos de Transmissão	869
Arrendamentos	282
Wobben Windpower	4.375
Total	**5.526**

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.

25. Eventos subsequentes

25.1 Emissão de Debêntures

A Companhia realizou sua 1ª Emissão de Debêntures nos termos da ICVM nº 476, no valor de R$ 325 milhões. O Bookbuilding ocorreu em 10/10/2019 e a liquidação ocorreu em 30/10/2019. O recurso captado será utilizado para recomposição de caixa, pagamento de dividendos aos acionistas e redução de Capital Social no valor de R$ 140 milhões.

25.2 Pagamento de Dividendos

Em 31/10/2019 a Companhia efetuou o pagamento de Dividendos no montante de R$ 120,3 milhões. Os recursos para liquidação dos valores tiveram como origem as Debêntures emitidas em 30/10/2019.